



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

AVISO DE DISPENSA

Manifestação do Interesse da Administração para a Contratação Direta art. 75, § 3º da lei federal nº 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 720250001

DISPENSA Nº7/2025-0001

Torna-se público que o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO M. DE TENENTE ANANIAS/RN realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A contratação será em item único, conforme tabela constante abaixo.

1.1.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2 Especificações e quantidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT
01	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2025, COM DATA	SERV	1



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

	BASE NO ANO DE 2024, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN		
--	---	--	--

1.3 A prestação dos serviços deverá observar as seguintes condições:

- 1.3.1 Os serviços deverão ser executados por profissional ou empresa devidamente habilitada, com comprovada experiência na realização de avaliações atuariais de RPPS, atendendo às exigências legais estabelecidas na legislação vigente.
- 1.3.2 A contratada deverá apresentar o relatório técnico de avaliação atuarial, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado, com registro no respectivo conselho de classe, contendo os elementos exigidos pelo Ministério da Previdência, inclusive as projeções, análises e recomendações previstas.
- 1.3.3 O serviço deverá ser realizado com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como à estrita observância dos prazos e diretrizes estabelecidos pelo órgão gestor do IPSTA.
- 1.3.4 O prazo para entrega do relatório final será definido em conformidade com o cronograma acordado entre as partes, não podendo ultrapassar o limite estabelecido pela legislação para envio das informações ao órgão competente do Governo Federal.
- 1.3.5 O acompanhamento, fiscalização e aprovação dos serviços serão realizados por servidor designado pela Unidade Gestora do IPSTA.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA POR VALOR.

- 2.1. Recebido o processo administrativo com estimativa de preços pelo solicitante o processo será publicado no Site Oficial do Município, pelo período de 03 dias úteis, conforme Lei 14.133/21, Decreto Municipal nº 129/2023 e Lei Municipal nº94/2005.
- 2.2. O Presente aviso de dispensa estará aberto para recebimento de propostas e eventuais documentos de habilitação de **27/05/2025 até as 16:00 horas do dia 29/05/2025.**
- 2.3. Durante o período de publicidade acima os fornecedores interessados poderão ofertar suas propostas, devendo encaminhá-las no endereço eletrônico pmtacpl65@gmail.com .
- 2.4. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para encerramento da publicidade.



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

- 2.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 2.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 2.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 2.8. Uma vez enviada a proposta no e-mail, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, apenas substituí-la por outra de menor valor, desde que dentro do prazo limite estabelecido;
- 2.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 2.10. A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada pelo responsável legal da empresa ou por pessoa com poderes para tanto. Em caso de procurador deverá apresentar instrumento lhe outorgando poderes.

3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 3.1. Encerrado o período de recebimentos de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 3.2. Estando o preço compatível, serão analisados os documentos de habilitação;
- 3.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 3.3.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 3.3.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 3.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 3.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 3.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

- 3.4.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 3.4.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo departamento de compras, desde que não haja majoração do valor.
 - 3.4.2.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 3.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 3.6. Se a proposta do vencedor for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 3.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e **deverá ser encaminhada concomitantemente com a proposta de preços** no endereço eletrônico: pmtacpl65@gmail.com.
- 4.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 4.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

- 5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente
- 5.2. O prazo de vigência da contratação será até **31/12/2025** conforme dispõem a lei 14.133.
- 5.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 5.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

5.7. Não haverá exigências da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 6.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

6.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

- 6.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 6.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 6.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 6.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 O serviço será prestado, preferencialmente, de forma remota, com envio dos documentos e arquivos por meio eletrônico, conforme cronograma acordado com a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Tenente Ananias/RN.

7.2 Caso necessário, reuniões presenciais ou virtuais poderão ser realizadas na sede da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN ou em outro local designado pela administração, para esclarecimentos técnicos, apresentação dos resultados e apoio à equipe responsável pelo RPPS.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. **O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da nota fiscal**, após ateste do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

- 9.1.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a fluidez contínua do período de recebimento das propostas, a continuidade do prazo será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o período de recebimento das propostas observarão o horário de Brasília-DF.
- 9.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.
- 9.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.9. Ao final do período de recebimento das propostas lavrar-se-á ata indicando todas as propostas recebidas e a declaração do vencedor.
- 9.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.10.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação.

Tenente Ananias/RN, 27 de maio de 2025

JOSÉ MARCELO DA SILVA
Presidente do Instituto de Previdência do
Municipal de Tenente Ananias



Estado do Rio Grande do Norte
PODER EXECUTIVO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS – IPSTA
CNPJ Nº 19.940.565/0001-87

ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(CNPJ/MF);
- b) Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- d) Certidões pertinentes aos Tributos Municipais, expedidas pela Fazenda Municipal da localidade ou sede da licitante, na forma da lei;
- e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da Lei n. 8.036/90;
- f) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n. 5452 de 1º de maio de 1943.